



SISTEMAS AGROFLORESTAIS TRADICIONAIS DA CAATINGA

Jardel Luís Félix Pacheco¹
Marcos Victor do Carmo Loiola²
Luciano Sérgio Ventin Bomfim³
Marcos Antônio Vanderlei Silva⁴
Fábio Del Monte Coccozza⁵
Ana Rosa Peixoto⁶

Eixo Temático: Grupo 01 – Tecnologia Ambiental

Resumo

As comunidades tradicionais de fundo de pasto originaram-se na ocupação colonial do Brasil, quando muitos camponeses viviam nas fronteiras das sesmarias e garantiam sua reprodução social, baseada na conservação ambiental nas áreas de uso comum na Caatinga, por meio da gestão dos sistemas agroflorestais, aproveitando as potencialidades do bioma como o agroextrativismo de frutas nativas, recursos madeireiros e produção animal, alicerçadas na ampla diversidade de animais e vegetais integrados em um agroecossistema em diferentes espacialidade e temporalidade. Nessa perspectiva, a pesquisa revelou que a gestão da área de uso comum dos (as) camponeses (as) do Fundo de Pasto, é realizada a partir dos sistemas agroflorestais, com base em diferentes combinações temporais e espaciais dos elementos ecossistêmicos da Caatinga.

Palavras-chave: Agroecologia; Fundo de Pasto; Semiárido.

¹Doutorando do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNEB, email: jardellu@hotmail.com

²Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT). UNEB – DTCS / Campus III. Contato: mloiola@gmail.com;

³ Docente Permanente – PPGADT/UNEB, email: bomfim@uneb.br

⁴ Docente Permanente – PPGADT UNEB / DTCS - Campus III, Contato: maavsilva@uneb.br

⁵ Docente Permanente – PPGADT UNEB / DTCS - Campus III, Contato: agrobio.alimentos@gmail.com;

⁶ Docente Permanente – PPGADT UNEB / DTCS - Campus III, Contato: anarpeixoto@gmail.com



INTRODUÇÃO

Grande parte do território Nordestino do Brasil é ocupada pelo semiárido, que apresenta características de baixa incidência pluviométrica e altas temperaturas e evaporação, tendo o bioma predominante a Caatinga composta por uma grande diversidade de fauna e flora adaptada às condições edafoclimáticas.

O semiárido brasileiro possui área de 1,03 milhões Km², correspondendo a 12% do território nacional e 85% do Nordeste, abrangendo 1.262 municípios situados nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Minas Gerais, onde habitam aproximadamente 27 milhões de pessoas, dessas 22 milhões vivem na zona rural (ASA, 2021). Nessa perspectiva territorial, a Bahia é o quinto estado com maior área no semiárido, contabilizando 278 dos municípios, correspondente a 393.056,1 km² e 79% das cidades baianas (DA SILVA, 2020).

A população no semiárido baiano reside predominantemente à zona rural, predominantemente agricultores (as) familiares camponeses (as). Como caracteriza a SUDENE (2018), aproximadamente 7,6 milhões de pessoas vivem no semiárido da Bahia, correspondendo mais de 50% da população do estado, que habitam a zona rural. Onde realizam atividades agropecuárias, categorizados na agricultura familiar camponesa, o que corresponde a 77,80% (593.411) dos 762.848 estabelecimentos agrícolas do estado, porém ocupam somente 37,9% da área agricultável, apesar disso contribuem com 32% do valor bruto do setor agropecuário da produção agropecuária estadual no ano de 2018 (DA SILVA, 2020; SEI, 2020).

Para permanecerem nessa região essas pessoas construíram várias estratégias de convivência com o semiárido, integrando o ser humano a natureza, assegurando sua reprodução social. Quanto a isso, as Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto possuem como princípio, a conservação dos recursos naturais das áreas de uso comum no modo de sua reprodução social, especificamente a criação comunal de animais a solta na caatinga, mesmo com restrições produtivas, mas que garante as condições de

Realização

Apoio Institucional

sobrevivência, pertencimento e resistência social (DIAS, 2014; AZEVEDO, 2013).

Em suma a produção alimentar dessas comunidades está diretamente interligado com a conservação da caatinga na área de uso comum, onde realizam a coleta de frutos nativos, produção agrícola nas roças individuais e criação comunal de animais, demonstrando assim grande potencialidade de uso e produção, característicos dos sistemas agroflorestais. Sistema esse baseado em princípios agroecológicos no manejo de agroecossistemas, conservando os recursos naturais conjuntamente com a produção de alimentos diversificados em longo prazo, a partir da dinamicidade cultural e territorial no manejo dos recursos de uso comum.

Deste modo, buscamos evidenciar as características do manejo da caatinga por meio dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), garantindo produção de alimentos, conservação os recursos naturais e resgate do saber empírico dos (as) agricultores (as) familiares das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste trabalho foi a partir de pesquisa qualitativo – quantitativo e revisão bibliográfica de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, em diversas bases de dados dos últimos 10 anos, sem desconsiderar os autores clássicos. O critério de seleção partiu principalmente da abordagem sobre comunidades tradicionais de fundo de pasto, sistemas agroflorestais, agroecologia e o manejo da caatinga, constituindo assim “estado da arte” desse trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o declínio do poder da Casa da Torre, as comunidades que ocupavam as terras do sesmeiro, continuaram a lutar pelo direito a posse, sofrendo restrição em 1850 com a criação da Lei da Terra, apesar disto muitos camponeses permaneceram nas posses, na resistência e pela comprovação histórica de ocupação, principalmente aquelas que ocupavam as fronteiras dos latifúndios da Casa da Torre e Casa da Ponte.

Por haver uma grande imprecisão do tamanho das sesmarias, como descrito por Neves (2003), as terras da Casa da Ponte iam até as proximidades das nascentes do Inhambupe



oeste até serra de Itiúba, porém esse território era considerado propriedade da família Casa da Torre. Para evitar conflitos entre as famílias, foi acordado, que as duas partes deixariam uma légua de divisa entre os latifúndios, com essas faixas não eram utilizados pelos sesmeiros, foram ocupado por posseiros, como descrito por Carvalho (2020), somente as terras situadas na faixa de fronteiras podiam ser concedidas gratuitamente.

Na visão de Ferraro Júnior (2008) e Silva (2017), dão conta que são dos currais das Casas da Torre e Casa da Ponte que iniciaram no século XVI, e decaíram no século XVIII que surgiram os Fundos e Fecho de Pastos. Diante dessa ideia Alcântara; Germani (2009), compreendem que o caminho a qual levou estas comunidades a passarem de “terras soltas” a “Fundo e Fecho de Pasto” foi um processo histórico do período colonial e que ganhou visibilidade a partir da relação de conflito gerado pela grilagem de terra.

Segundo Marques (2016), as razões econômicas, fundiárias, ambientais e culturais contribuíram para a persistência destas comunidades em seus territórios, porém foram os laços de parentescos e compadrio os principais elementos para a formação dessas comunidades, a partir do uso comum dos recursos naturais.

O uso comum se define pelo modo de como as comunidades principalmente, as tradicionais se organizam no acesso aos recursos naturais em seu território, através de várias estratégias de controle de uso, por meio de regras estabelecidas coletivamente, focalizando nas questões: quem usa? Para o que usa? E como usa? Pois somente assim garantem que todos tenham direitos iguais ao acesso dos recursos desejados.

O manejo aplicado pelas comunidades de Fundo de Pasto aos seus recursos é alicerçado no uso racional, regras de controle social e combate à degradação do agroecossistema. Nesse sentido Carvalho (2020), nos elucida que o Fundo de Pasto é um sistema de produção e reprodução social típico do semiárido baiano que se caracteriza pela criação de animais, principalmente de pequeno porte, extrativismo e beneficiamento de frutos nativos, plantas medicinais, retirada de madeiras nas terras de uso comum, além de uma agricultura de subsistência, realizada nas áreas individuais e roças coletivas, respeitando as regras socialmente estabelecidas.

Modo de vida esse descrito em Santos (2010) e Araújo (2017), as comunidades de Fundos de Pastos são encontrados no bioma caatinga, obtendo o sustento das famílias através do

uso das áreas comuns para a criação extensiva de caprinos e ovinos, que melhor se adaptaram as condições climáticas e alimentícias do ambiente, além disso, realizam o extrativismo de madeira, frutos nativos e fitoterápicos, pesca, caça, e a coleta de mel.

Partindo dessas análises socioprodutivas, podemos deduzir que os territórios das comunidades de fundo de pasto são quase em sua totalidade ocupada e utilizada, pelos animais que pastejam nas extensas áreas, e pela exploração agrícola e extrativista da biodiversidade. Vale salientar que a atividade agrícola tem caráter rotacional, ao se explorar uma local para esse fim, no surgimento dos primeiros indicativos de desgaste do agroecossistema, essa área é deixada em pousio e rotaciona da atividade para outra área, a fim de evitar a degradação ambiental, repor à fertilidade do solo a regeneração do agroecossistema, caracterizando-se como um manejo agroecológico.

Essas formas de ocupação manejo do solo integrando os sistemas produtivos agrícolas e pecuários (agro), com os sistemas naturais (florestais) lenhoso, herbáceo, arbóreo e arbustivo, formando o Sistema agroflorestal (SAF), representados pela interação dos elementos do agro e florestal em diferentes espacialidade e temporalidades, objetivando agroecossistemas com maiores semelhanças no equilíbrio os ecossistemas naturais.

Desse modo, os manejos produtivos das comunidades de fundo de pasto assemelham-se aos sistemas agroflorestais (SAFs), representado uma das técnicas agroecológicas de produção, tendo como princípio a biodiversidade no âmbito vegetal e animal; ciclagem nutricional do sistema; disponibilização de MO no solo e conseqüentemente sua melhoria estrutural, e geração de alimentos diversificados e de boa qualidade.

Na opinião de Nair (1985) e Peneireiro (2016), o sistema agroflorestal é o desenho temporal e espacial de componentes do funcionamento das florestas, os objetivos da produção do sistema e o cenário econômico-social, estes critérios correspondem à estrutura, função, natureza socioeconômica ou classificação ecológica do sistema.

Para o Instituto de Permacultura em Terras Secas (IPÊTERRAS)

Agrofloresta é um termo novo para uma prática antiga já utilizada por povos ancestrais. É um jeito de trabalhar a terra aproveitando o pequeno espaço que a agricultura familiar dispõe, produzindo diversas culturas fazendo à recuperação e a conservação do solo (IPÊTERRAS, 2007, p. 10).



Nesse sentido o uso das florestas, ao longo da história da humanidade, não pressupõe a transformação dessas em monocultura, mas sim na construção de mosaicos de florestas manejadas e sistemas agroflorestais.

Os sistemas agroflorestais na caatinga são direcionados principalmente para produção animal, agroextrativismo, pois nessa região a produção agrícola é uma fonte complementar de renda e alimentar para o campesinato, devido às restrições edafoclimáticas e não garantem produções satisfatórias para autoconsumo seguras.

Devido a essa característica o Nordeste se destaca na pecuária de pequeno e médio porte, tornando essa uma importante atividade econômica regional, tendo a caprinovinocultura que tem um papel importante no desenvolvimento socioeconômico. De acordo com Magalhães (2018), o Nordeste concentra 92,8% do rebanho de caprinos, contabilizando 7.660.173 animais dos 8.252.706 a nível nacional e 65,6% do rebanho ovino 9.032.19 animais dos 13.770.344 nacional, que são criados em propriedades com menos de 10 ha.

Além da caprinovinocultura, a caatinga demonstra uma grande potencialidade na atividade apícola e melípona, que pode ser por meio da extração dos produtos ou criação de abelhas, de acordo com Maia-Silva (2012) na caatinga brasileira são conhecidas 187 espécies de abelhas, pertencentes a 77 gêneros, sendo a maioria delas considerada como espécies raras.

As Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto demonstram várias potencialidades no manejo agroflorestal, tendo como principal categoria o sistema agrossilvipastoril, o qual os componentes da produção agrícolas de culturas anuais e perenes de curto ciclo são plantados em sequeiro nas áreas individuais e/ou comum protegidas, a produção agrícola é consorciada com os elementos arbóreos e arbustivos, do recurso silvicultural do sistema que é utilizada principalmente pelo extrativismo madeireiro e não madeireiro como a coleta dos frutos da caatinga e por último à produção pecuária de pequeno, médio e grande porte, que são criados soltos em quase todo o território de FP, possibilitando a ampla exploração dos recursos alimentícios, resultando a alta capacidade produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades de Fundo de Pasto vivem secularmente em seus territórios, por meio da exploração da Caatinga, sem causar graves impactos negativos aos ecossistemas locais e possibilita a garantia material para reprodução social desses atores. Os manejos conservacionistas dos FP se caracterizam a partir dos princípios agroecológicos, aplicando técnicas dos sistemas agrofloretais, que integra a produção agrícola, extrativista, silvícola e pecuária na totalidade do território do uso comum. O SAF é um modelo produtivo, baseado na conservação e melhoria do agroecossistema, aproveitando as potencialidades do território onde é implantado e/ou manejado, a partir desse potencial, podem ser categorizados como agrossilvipastoril, agrossilvicultural, silvipastoril e agroflorestal.

AGRADECIMENTOS

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA - FAPESB



REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, D.M de; GERMANI, G. I. **Fundo de Pasto: um conceito em movimento.** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia– ENANPEGE, v. 8, 2009.

ARAÚJO, Cosme da Silva. **Os Impactos Socioambientais Do Empreendimento Eólico Em Comunidades Tradicional De Fundo De Pasto No Município De Campo Formoso.** Salvador - Bahia, 2017.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **ASA 2021.** Caatinga. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/semiario>. Acessado em: 15 de maio 2021.

AZEVEDO, É. I de. **Reprodução social da comunidade tradicional de fundo de pasto do paredão do Lou à luz do pensamento de Ostrom.** Salvador - BA, Dissertação (Mestrado), 2013.

CARVALHO, A.J. A de; et al. **Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto: Territórios de Riqueza Agrobiocultural e Convivência com o Semiárido.** Salvador, BA, 2020.



DA SILVA, Edna Maria; et al. **Agricultura Familiar Na Bahia: Uma Análise Dos Dados Do Censo Agropecuário 2017**. Revista Econômica do Nordeste, v. 51, p. 211-226, 2020.

DIAS, Simone Conceição Soares et al. **O pastoreio comunitário em Lage das. Aroeiras: trabalho, sociabilidades, desafios—1970 a 2007**. 2014.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia**. Tese (Doutorado em desenvolvimento Sustentável)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 456 f. 2008.

IPÊTERRAS, **INSTITUTO DE PERMACULTURA EM TERRAS SECAS**. Agrofloresta no combate a desertificação Ipêterras Irecê - Bahia, 2007.

MAGALHÃES, Klinger Aragão et al. **Panorama da ovinocultura e da caprinocultura a partir do Censo Agropecuário 2017**. Sobral, CE: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2018.

MAIA-SILVA Camila et al. **Guia de plantas: visitadas por abelhas na Caatinga**. 2012.

MARQUES, Leônidas de Santana et al. **As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no semiárido brasileiro**, 2016.

NAIR, P. K.R. **Introduction to Agroforestry**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli; et al. **Jardinagem agroflorestal na educação formal: uma experiência no Distrito Federal**. Cadernos de Agroecologia, v. 11, n. 1, 2016.

SANTOS, Cirlene, Jeane Santos. **Fundo de pasto-tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SEI. **SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**.

Agricultura Familiar na Bahia: Participação da agricultura familiar na Bahia e nos territórios de identidade, 2020. Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/agricultura/agricultura_familiar_bahia_2017_2018.pdf. Acessado em: 25 de maio de 2021.

SILVA, Adriana Olívia da. **Território Tradicional de Fundo de Pasto de Bruteiro e Traíra: Territorialidades contemporâneas e as lutas pela reapropriação social da natureza**, Juazeiro, 2017.

SUDENE. **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**, Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos, Brasília, 2018: Disponível em:

http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%A0pios_Semi%C3%A1rido.pdf. Acessado em: 22 de Janeiro de 2020.